

Sábado

27-06-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 6509 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/36 a 45

EXCLUSIVO

PIRATEADOS POR RUI PINTO

EMAILS DE JOANA MARQUES VIDAL, MARIA JOSÉ MORGADO E AMADEU GUERRA FORAM DEVASSADOS

**CHANTAGEM À DOYEN VALIA 300 MIL
PARA ADVOGADO DO HACKER**



Sábado

27-06-2019

Periodicidade: Semanal
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 116250

Temática: Justiça²
Dimensão: 6509 cm
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/36 a 45

Destaque



Rui Pinto
O pirata informático
nasceu a 20 de outubro
de 1988 em Mafamude.
Estudou História e
residia em Budapeste

Sábado

27-06-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 6509 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/36 a 45

27 JUNHO 2019

SÁBADO • www.sabado.pt

EXCLUSIVO. OS CRIMES VÃO MUITO ALÉM DO FUTEBOL

O ATAQUE INFORMÁTICO AO ESTADO PORTUGUÊS

O Ministério Público e a Polícia Judiciária encontraram indícios de que Rui Pinto entrou nos *emails* de procuradores e funcionários da Administração Interna. Acórdão do Tribunal da Relação revela que o *hacker* entrou na investigação de que era alvo e que o seu advogado ia receber 300 mil euros pela extorsão à Doyen. Por Nuno Tiago Pinto e Eduardo Dâmaso

Sábado

27-06-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 6509 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/36 a 45

Destaque

Mais do que atacar clubes de futebol, empresas de agenciamento de jogadores ou escritórios de advogados, Rui Pinto terá atentado contra a própria segurança do Estado português. Sabendo que estava a ser investigado pelo Ministério Público (MP) e pela Polícia Judiciária (PJ), o pirata informático terá tentado – e conseguido – obter informações sobre o inquérito de que ele próprio era alvo e ainda aceder às caixas de correio de *email* de procuradores e de elementos do Ministério da Administração Interna.

As suspeitas da PJ e do MP resultam da análise preliminar de discos externos e computadores apreendidos a Rui Pinto na Hungria – no âmbito da investigação à intrusão nos sistemas informáticos do Sporting Clube de Portugal e da Doyen Sports Investments e à posterior tentativa de extorsão a Nélito Lucas, então CEO da Doyen – e foram passadas a papel, recentemente, pela procuradora do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), Patrícia Barão, num despacho enviado no início do mês à juíza de instrução criminal titular do inquérito a pedir a declaração de especial complexidade do processo. Caso o pedido seja aceite, Patrícia Barão verá o prazo da investigação ser prolongado mais seis meses. Ou seja, em vez de ter de concluir o inquérito até setembro, o MP terá até março de 2020 para deduzir uma acusação contra Rui Pinto – até lá, o pirata informático poderá continuar em prisão preventiva.

Para sustentar o pedido feito à juíza Margarida Gaspar, Patrícia Barão referiu na promoção enviada ao tribunal de instrução criminal os indícios recolhidos na análise preliminar dos equipamentos apreendidos a Rui Pinto na Hungria (que foram copiados pelos procuradores franceses e belgas sem conhecimento ou autorização das autoridades portuguesas). Apesar de ainda não terem conseguido aceder aos mais de 26 te-

1 Francisco Teixeira da Mota, advogado português de Rui Pinto, com o colega francês

2 Amadeu Guerra dirigiu o DCIAP e é o atual procurador-geral Distrital de Lisboa

3 Maria José Morgado está atualmente colocada no Supremo Tribunal de Justiça

rabytes de informação recolhida pelo pirata informático ao longo dos anos, e que se encontram encriptados por palavras passe que só o próprio conhece, os investigadores foram capazes de recolher dados que indicam que a conduta do pirata informático é muito mais grave do que se pensava até agora.

Concretamente? De acordo com as informações recolhidas pela **SÁBADO** junto de várias fontes conhecedoras do inquérito, o MP tem indícios muito fortes de que o pirata informático terá conseguido entrar nos *emails* do então diretor do DCIAP, Amadeu Guerra, da antiga procuradora-geral Distrital de Lisboa, Maria José Morgado, de magistrados do Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa e ainda de elementos não identificados do Ministério da Administração Interna. A estes há ainda que juntar os *emails* de elementos de escritórios de advogados influentes, como a PLMJ, e ainda de instituições relacionadas com o futebol, como a FIFA ou a Confederação Sul-Americana de Futebol.

Contactado pela

O MINISTÉRIO PÚBLICO AVANÇOU COM PEDIDO PARA TER MAIS SEIS MESES PARA INVESTIGAR O HACKER



O amigo Diogo Faria

Investigação da PJ na pista de um antigo colega de escola

Polvo encarnado

A ligação de Rui Pinto a Diogo Faria, que escreveu *O Polvo Encarnado* com Francisco J. Marques, continua a ser investigada

Viagem a Budapeste

A reconstituição

da viagem de Diogo Faria à capital húngara e a estadia num hotel perto da casa de Rui Pinto é o ponto de partida

Colegas de faculdade

Os dois foram colegas na Universidade do Porto e Diogo Faria esteve envolvido na divulgação dos *emails* do Benfica

SÁBADO, o advogado português de Rui Pinto, Francisco Teixeira da Mota, não quis pronunciar-se sobre o pedido do MP para que o caso fosse declarado de especial complexidade nem sobre outros aspetos do inquérito. O advogado estava a preparar a resposta da defesa ao pedido do MP, cujo prazo de entrega termi-



Sábado

27-06-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 6509 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/36 a 45

nava esta quarta-feira –, mas podia estender-se até esta sexta-feira, 28. A decisão da juíza de instrução criminal deve assim ser conhecida nos próximos dias.

Dados confidenciais em risco

A confirmarem-se as suspeitas, esta será uma intrusão sem precedentes nos sistemas informáticos da Justiça, do Governo e de instituições portuguesas que, de acordo com as fontes consultadas pela **SÁBADO**, levanta questões muito graves em termos de segurança e confidencialidade da informação.

Através do *email* de Amadeu Guerra, o pirata informático poderá ter tido acesso a dados sobre as investigações mais complexas que correm em Portugal e que vão da corrupção ao tráfico de droga internacional, da fraude fiscal ao terrorismo. Durante o tempo em que esteve à frente do DCIAP, Amadeu Guerra viu o seu departamento liderar investigações como a Operação Marquês, o caso dos Vistos Gold, a Operação Fizz, o caso do desaparecimento das armas de Tancos, mas também o inquérito ao Banco Espírito Santo, à EDP e muitos outros. Entre estes estarão também as investigações relacionadas com o futebol que, desde abril de 2018, foram concentradas numa equipa especial com três procuradores que funciona, justamente, no DCIAP.

Ao que a **SÁBADO** conseguiu apurar, entre as informações acedidas por Rui Pinto estarão as comunicações entre o ex-diretor do DCIAP e a antiga procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal que, em novembro de 2018, nomeou Amadeu Guerra para a Comissão de Fiscalização de Dados do Sistema de Informações da República Portuguesa: ou seja, até ser capturado na Hungria, em janeiro deste ano, Rui Pinto poderá ter acedido a dados sobre os serviços de informações nacionais. Informações valiosas não só para organizações criminosas mas também para outros Estados.

Contactado pela **SÁBADO**, Amadeu Guerra não quis prestar declarações. A ex-procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal, tam-

O pirata informático conseguiu aceder à caixa de *email* do diretor do DCIAP, Amadeu Guerra

300 mil

PJ diz que o advogado Aníbal Pinto receberia 300 mil euros caso a Doyen pagasse para calar Rui Pinto

bém contactada pela **SÁBADO**, disse não ter conhecimento de qualquer facto relacionado com o tema.

Depois de deixar o DCIAP, Amadeu Guerra foi nomeado procurador-geral Distrital de Lisboa. Foi ocupar o cargo deixado vago por Maria José Morgado, justamente outro dos alvos do pirata informático nos últimos anos. Depois de dirigir o DIAP de Lisboa entre 2007 e 2015, Maria José Morgado foi nomeada procuradora-

-geral Distrital de Lisboa (PGDL) quando Francisca Van Dunem se tornou ministra da Justiça. Na PGDL, Maria José Morgado tinha a seu cargo as comarcas de Lisboa, Lisboa Norte, Lisboa Oeste, Açores e Madeira. Pelos departamentos respetivos passaram inquéritos como o do antigo espião Jorge Silva Carvalho ou, mais recentemente, o caso E-toupeira – cujos documentos judiciais chegaram a ser publicados no blogue *Mercado de Benfica*, silencioso desde a detenção de Rui Pinto.

Para avaliar a extensão dos danos, a PJ está a tentar determinar o tipo de informação que poderá ter sido roubado. Ao que apurou a **SÁBADO**, a Judiciária fez recentemente um pedido de cooperação à Google para identificar o endereço de IP (Internet Protocol, o código numérico atribuído a cada dispositivo que se liga à Internet) a partir do qual o acesso foi feito. A empresa norte-americana confirmou os indícios de acesso ilegítimo ao *email* profissional da procuradora-geral adjunta.

Contactada pela **SÁBADO**, Maria José Morgado disse ter sido ouvida como testemunha há alguns meses. Constituiu-se como assistente e explicou que não deu conta de nenhum acesso ilegítimo, que ninguém lhe tirou documentos relevantes e que, de resto, usa o *email* profissional apenas para questões de gestão e nunca para movimentar informação de processos. Esclareceu ainda que os factos remontam a 2017, quando era procuradora-geral Distrital de Lisboa, e que, nessa condição, não tinha nem movimentava processos. Foi-lhe perguntado se se lembrava de alguma perturbação técnica no seu correio eletrónico – neste tipo de acessos informáticos indevidos é habitual ocorrerem quebras –, mas a magistrada explicou que não registou nenhum incidente grave. De todas as vezes em que teve problemas informáticos recorreu aos técnicos do Instituto de Gestão Financeira e equipas da Justiça.

Já sobre o acesso a *emails* de elementos do Ministério da Administração Interna, liderado por Eduardo Cabrita, a **SÁBADO** apurou apenas que não se trata de caixas de cor-



Sábado

27-06-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 6509 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/36 a 45

Destaque

reio de governantes, mas não conseguiu esclarecer exatamente a quem pertenciam.

Caso a juíza de instrução criminal aceite a declaração de especial complexidade do processo, o MP irá alargar o âmbito do inquérito muito para além dos crimes relacionados com o Sporting e a Doyen. Terá então de pedir às autoridades húngaras o alargamento do mandado de detenção europeu (MDE) ao abrigo do qual Rui Pinto foi detido em Budapeste e que mencionava apenas a intrusão no Sporting e no fundo de investimento bem como a tentativa de extorsão a Nélcio Lucas. Isto porque, quando foi interrogado pelo juiz de instrução húngaro, o pirata informático não prescindiu do princípio da especialidade: ou seja, só poderá ser investigado e acusado no âmbito dos crimes mencionados no MDE.

Qualquer outra questão que possa surgir terá de ser alvo de um pedido de alargamento do MDE, o que não aconteceu até agora, nem sequer no âmbito do chamado caso dos *emails* do Benfica. Apesar de Rui Pinto ser o principal suspeito do ataque ao sistema informático do clube liderado por Luís Filipe Vieira, o MP optou por separar esse caso da investigação ao abrigo da qual o *hacker* foi detido. Foi por esse motivo que a juíza de instrução criminal recusou, recentemente, o pedido dos advogados do Benfica para que o clube se constituísse assistente no processo.

O tribunal recusa libertação

As novas suspeitas sobre a atuação de Rui Pinto vêm somar-se a uma outra, que o MP considera estar provada e que ficou expressa no recente acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa (TRL), que rejeitou liminarmente o recurso apresentado pela defesa do pirata informático que pretendia a reversão da medida de coação de prisão preventiva: que Rui Pinto foi capaz de aceder à investigação de que era alvo e a qual tentou escapar durante vários anos. "Para além de ter obtido documentos confidenciais da Doyen de forma

A correspondência de Joana Marques Vidal com Amadeu Guerra pode ter sido apanhada por Rui Pinto

Audiência

A ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, vai receber Ana Gomes e a ex-juíza Eva Joly, defensoras de Rui Pinto

O ADVOGADO DEFENDEU QUE NÃO HÁ PERIGO DE O JOVEM HACKER CONTINUAR A COMETER CRIMES

ilícita, o arguido Rui Pedro Gonçalves Pinto conseguiu obter ilicitamente documentos integrantes de uma investigação criminal (neste caso documentos que passaram pela Polícia Judiciária)", escreveu o juiz desembargador Calheiros Gama no documento, a que a SÁBADO teve acesso. Uma posição que também foi defendida pela procuradora do MP na resposta ao recurso de prisão preventiva interposto pela defesa. "[Rui Pinto] demonstra ter elevados conhecimentos informáticos, que lhe chegaram a permitir obter informação sobre a existência do presente inquérito e de diligências que aqui se encontravam em curso", escreveu Patrícia Barão.

Todo o acórdão do TRL é, aliás, arrasador para a defesa de Rui Pinto, desmontando, um por um todos os argumentos usados para tentar alterar a medida de coação de prisão preventiva. Nesse recurso, o advogado Francisco Teixeira da Mota tentou demonstrar que a aplicação

Visita proibida

Jornalista da *Der Spiegel* está impedido de ver Rui Pinto

Rafael Buschmann, jornalista da *revista alemã* que lidera o consórcio de jornais ligados à revelação de escândalos no futebol, através do Football Leaks, veio a Lisboa para visitar Rui Pinto na prisão. A visita, no entanto, não foi autorizada pelos serviços prisionais, responsáveis pelo espaço prisional nas instalações da Polícia Judiciária.

da mais pesada das medidas de coação é ilegal e só "explicável por razões extrínsecas" ao processo.

Depois de recordar que o pirata informático está indiciado por seis crimes — dois de acesso ilegítimo, dois de violação de segredo, um de ofensa à pessoa coletiva e um de extorsão na forma tentada — e de que só este último podia levar à aplicação da prisão preventiva, centra-se no argumento de que Rui Pinto desistiu da "consumação do crime de forma voluntária e ativa", o



Sábado

27-06-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 6509 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/36 a 45



que, na sua opinião, retiraria a base legal à prisão preventiva. “Se existem fortes indícios da tentativa de cometimento de um crime de extorsão, existem, simultaneamente, fortes indícios de uma desistência válida dessa tentativa”, escreveu.

Teixeira da Mota defendeu também que não existe perigo de fuga (porque não há provas de que se

tenha escondido e podia trabalhar com o pai em Portugal); de continuação da atividade criminosa (porque Rui Pinto disse em tribunal que tinha cometido um erro, de que se arrependia, e também porque como fonte do Football Leaks tem divulgado graves ilegalidades e colaborado com as autoridades francesas, holandesas e belgas); ou de pertur-

O juiz escreveu que os documentos do Football Leaks foram obtidos através de pirataria informática

Platini

Ana Gomes associou a detenção de Michel Platini a Rui Pinto. No entanto, hacker e dirigente têm o mesmo advogado

✓ Acessos ilegítimos ao Ministério da Administração Interna, liderado por Eduardo Cabrita, estão a ser investigados

bação do inquérito (porque os factos ocorreram há três anos e não lhe seria possível alterar a prova produzida). Antes de pedir a substituição da prisão preventiva por apresentações periódicas no posto policial da área de residência do pai, questiona: “Se fossem outros os interesses ‘afetados’ com a sua atuação (que não o futebol e a sua ‘aura’ no nosso país) se alguma vez algum cidadão seria preso preventivamente com bases em indícios de uma tentativa desistida de extorsão.”

Análise minuciosa

Antes de rebater, um por um, os argumentos de Teixeira da Mota, o juiz desembargador Calheiros Gama tentou esclarecer se a defesa reconhece que houve uma tentativa de extorsão, porque ao mesmo tempo que afirma que houve desistência, tenta afastar-se da prática do crime, invocando, tal como Rui Pinto fez publicamente, desconhecimento de que estaria a cometer um ato ilícito.

A primeira conclusão do juiz afeta, desde logo, a credibilidade do Football Leaks ao considerar “fortemente indiciado” que os documentos publicados na plataforma nos últimos quatro anos foram obtidos através de pirataria informática. “Indiciam fortemente os autos que o arguido Rui Pinto, pelo menos desde o ano 2015, publicou em diversos sites (...) que denominou Football Leaks, conteúdos relacionados com o fenómeno do futebol profissional. Mais indiciam os autos que os documentos publicados pelo arguido nos



Sábado

27-06-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 6509 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/36 a 45

Os referidos sites eram por si obtidos através de intromissão indevida em sistemas informáticos de sociedades de alguma forma relacionadas com o meio do futebol profissional, aos quais acedia sem autorização e recolhia as informações que considerava mais sensíveis e suscetíveis de expor certas sociedades e/ou clubes de futebol." Elementos que recolheu "não só para denunciar eventuais condutas impróprias de clubes e sociedades" como também para "obter vantagens pessoais indevidas à custa de património de terceiros."

Novos dados

Para sustentar estas conclusões, o juiz desembargador enumera os indícios recolhidos pela investigação do MP e da PJ, alguns dos quais desconhecidos até agora. Os primeiros são a determinação das datas exatas em que o pirata informático criou o endereço de email usado para tentar chantagear o então CEO da Doyen, Nélcio Lucas, e o email da plataforma Football Leaks. "A 25 de setembro de 2015, Rui Pinto criou o endereço de email artem.lobuzov@yandex.kz com o intuito de realizar contactos com terceiros sem ser identificado. Seguidamente, a 29 de setembro, criou a conta football.leaks@yandex.ru, através do IP 109.195.179.39 com o intuito de divulgar conteúdos relacionados com o fenómeno desportivo. Ambas as contas foram acedidas com recurso à rede TOR, anonimizando por completo a autoria dos acessos", lê-se no acórdão.

Segue-se a descrição das mensagens enviadas a Nélcio Lucas, no início de novembro de 2015, sob o pseudónimo de Artem Lubozov, que culminam no pedido de "uma doação generosa" entre 500 mil a 1 milhão de euros em troca da eliminação de toda a documentação. Caso não recebesse essas verbas, os documentos na sua posse seriam divulgados.

Quer no interrogatório judicial, quer nas entrevistas que deu antes de chegar a Portugal, Rui Pinto garantiu que nunca teve intenção de receber qualquer montante, mas apenas perceber que valor Nélcio Lucas daria à informação bem como verificar a sua autenticidade. Daí,

O ataque

A Doyen foi quem primeiro chegou à identidade de Rui Pinto, depois de uma vasta investigação em vários países

**ARTEM LU-
BOZOV FOI O
PSEUDÓNIMO
ESCOLHIDO PELO
HACKER
PARA CHANTAGEAR A
DOYEN**



disse, ter avançado um valor que considerou "irrealista e excessivo".

No entanto, para o juiz desembargador, "o modo como foram efetuadas as abordagens por parte do arguido Rui Pinto ao ofendido Nélcio Lucas, as quais encaixam perfeitamente num padrão de normalidade na concretização deste tipo de crime, retiram qualquer credibilidade a esta versão". Isto porque logo na primeira mensagem enviada, depois de "indicar contratos concretos, emprésti-

mos e negócios do mundo do futebol" e o que "considerava serem 'artimanhas' como atrasos nos pagamentos a alguns clubes, a abertura de uma conta bancária quase sem documentação, documentos assinados com datas retroativas", identificando "casos e pretensos protagonistas envolvidos", terminou escrevendo: "Tudo isto e muito mais pode aparecer online, e logo de seguida em toda a imprensa Europeia (certos jornais franceses, italianos e espa-



Sábado

27-06-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 6509 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/36 a 45

nhóis pediram já uma parceria para divulgar informação). Certamente não deve querer isso não é? Mas podemos conversar..."

A sequência de *emails* foi considerada pelo juiz uma prova irrefutável de que Rui Pinto tentou realmente chantagear o empresário. Segue-se a citação de outra mensagem, enviada a 7 de outubro: "Desde que começamos a conversar deixei de publicar assuntos que estivessem relacionados com a Doyen. A única exceção foi a carta enviada pelo Sporting sobre o Caso Rojo, só para ir mantendo o circo mediático. Neste momento até lhe fiz um favor, o presidente do Sporting foi completamente desmascarado e perdeu toda a credibilidade nacional e internacional. Se o processo no TAS estava muito bem encaminhado para a Doyen, depois destas notícias (...) o processo está no papo para si. (...) Quanto às questões técnicas e legais podemos tratar disso mais detalhadamente entre advogados, assinar um NDA por exemplo, mas isso vemos na altura."

Para Calheiros Gama, o sigilo sugerido por Rui Pinto nas negociações é revelador "da consciência da ilicitude" da sua atuação, tal como a necessidade de que o pagamento fosse feito de forma oculta "a coberto de um NDA", isto é de um "acordo de não divulgação" ou dissimulação através de um negócio com aparência de legítimo, designadamente por meio de um pretenso contrato de prestação de serviços, como mais tarde viria a ser proposto.

De acordo com o acórdão do TRL, a 8 de outubro – já depois de ter

1 Nélcio Lucas, ex-CEO da Doyen, foi ao encontro do advogado Aníbal Pinto na estação de serviço da A5, em Oeiras

2 A eurodeputada Ana Gomes tem sido a grande defensora de Rui Pinto, enquanto denunciador de crimes no futebol

3 O pirata informático tem sido apoiado em alguns estádios de futebol, sobretudo na Alemanha

A5 O plano

O encontro do advogado de Rui Pinto com Nélcio Lucas na A5, em Oeiras, continua no centro da investigação

Os juizes apontam a sequência de *emails* entre Rui Pinto e a Doyen como prova da chantagem



Interrogado por dois procuradores russos Rui Pinto não foi confrontado com indícios de crime

1. Magistrados

enviados pela justiça da Rússia a Lisboa interrogaram o jovem pirata informático português há cerca de um mês. No essencial, não imputaram quaisquer indícios de crime praticado em território russo a Rui Pinto.

2. Os dois

procuradores russos (um homem e uma mulher), confrontaram Rui Pinto com nomes (e fotografias) de pessoas referenciadas por crimes informáticos e criação de *software* malicioso. Rui Pinto negou tudo.

3. Rui Pinto foi ainda **questionado** sobre as investigações à violação do *fair play* financeiro da UEFA, por parte dos clubes russos, através de financiamentos da Gazprom. Os russos queriam apurar o que sabe Rui Pinto sobre o tema.

apresentado queixa na Judiciária – Nélcio Lucas informou Rui Pinto que tinha arranjado um advogado disponível. O pirata respondeu que iria falar com um jurista "da sua confiança". Nesse mesmo dia, o pirata contactou o advogado Aníbal Pinto (também ele arguido) dando-lhe conta do seu plano de pedir entre 500 mil e 1 milhão de euros para não divulgar certos documentos. "Aníbal Pinto aceitou colaborar com Rui Pinto nas abordagens que viessem a ser feitas a Nélcio Lucas, tendo entre ambos ficado acordado que a parte que caberia a Aníbal Pinto (...) seria de 300 mil euros ficando o remanescente para o arguido Rui Pinto", lê-se no acórdão.

A SÁBADO tentou contactar o advogado Aníbal Pinto para obter um

comentário ao que foi escrito no acórdão, mas tal não foi possível até ao fecho desta edição.

De acordo com o documento, também não é crível que o pirata informático considerasse o montante pedido excessivo ou irrealista: através da sua intrusão, sabia que o fundo movimentava "largos milhões por ano". Para o juiz, a questão da autenticidade também não se colocava uma vez que Rui Pinto sabia como os tinha obtido.

Quando percebeu que Nélcio Lucas não tencionava fazer qualquer pagamento, o pirata informático começou a divulgar documentos da Doyen e seus parceiros no Football Leaks, "concretizando a ameaça". Fê-lo entre 4 de abril de 2015 e 22 de abril de 2016. "Por todo o ex-

Sábado

27-06-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 6509 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/36 a 45

Destaque

posto, dúvidas não restam de que houve tentativa de extorsão", conclui Calheiros Gama.

Falsa desistência

O juiz debruça-se depois no argumento da desistência do crime. Citando abundante jurisprudência, Calheiros Gama escreve que para a desistência "não basta que deixe materialmente de prosseguir por razões de estratégia ou receio de intervenção de terceiros. Tem de ser uma decisão voluntária, espontânea e interior de revogar a decisão de cometer o crime". E tal não aconteceu porque "no momento em que diz ter desistido já era impossível prosseguir na execução do crime".

Isto porque quando, a 10 de novembro, Rui Pinto escreveu ter cometido um erro e não estar "interessado em receber um cêntimo", garantindo que iria entregar a documentação no DCIAP, já sabia que a PJ estava no seu encalço. Tinha, inclusive, obtido documentos da investigação. "O seu *email* de 17 de outubro de 2015, às 18h30 (...) não deixa dúvidas quanto à obtenção desses documentos e quanto ao conhecimento de que alguma investigação judicial a dados informáticos estaria em curso. Nele escreveu: 'Tenho na minha posse uma cópia do documento escrito pelo seu advogado autenticado pela PJ de Lisboa e enviado para o Yandex, com nome do processo e tudo.'"

Mais grave para o juiz: Rui Pinto sabia que estava a ser investigado e continuou o seu plano. "Vou ser sincero consigo, o Yandex até pode colaborar *off the record* com a Doyen e dar os dados de tráfego, mas não passará disso. Descobrir a origem é praticamente impossível. Por isso espero que o seu advogado não faça perder o meu tempo e o seu em coisas infrutíferas", escreveu o pirata num *email*. Ou seja: "Rui Pinto confiava absolutamente na sua estratégia de anonimização, não assumindo como séria ou real a possibilidade de a Polícia Judiciária o conseguir identificar através de dados ou meios informáticos", concluiu Calheiros Gama.

Segundo o acórdão, a estratégia do hacker só falhou por um fator



1
Aníbal Pinto conheceu Rui Pinto em 2013, depois de o pirata desviar dinheiro do Caledonian Bank

2
Rui Pinto em Budapeste, com o advogado William Bourdon e a equipa que o defendeu na Hungria

RUI PINTO NÃO ACREDITAVA QUE A POLÍCIA JUDICIÁRIA O CONSEGUISSSE IDENTIFICAR

Espanha também quer A cooperação com espanhóis também está na agenda

1

Uma investigação da Unidade de Crimes Tecnológicos de Madrid pretende ouvir Rui Pinto assim que a justiça portuguesa o permita.

2

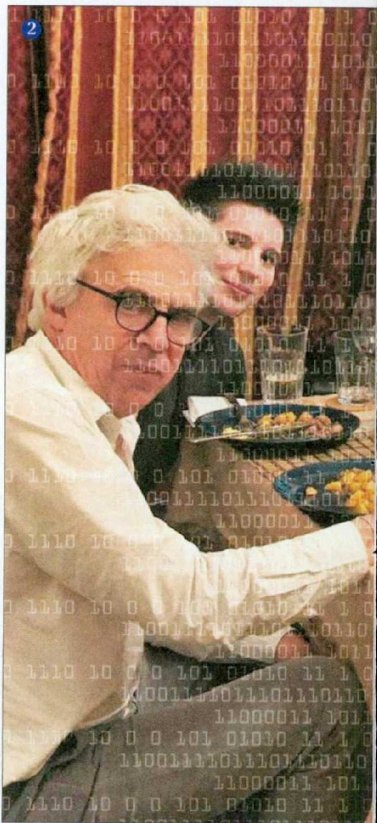
Os espanhóis investigam o processo que partiu do acesso ilegítimo a escritório de advogados de Madrid, que defendia Cristiano Ronaldo no processo tributário em que foi condenado a pagar 14 milhões de euros.

3

A justiça de França, a da Holanda e a da Bélgica foram as que, até agora, já assumiram ter recebido a ajuda das informações do pirata informático. Todas com investigações na esfera tributária.

humano: Aníbal Pinto. Foi ele que denunciou Rui Pinto no encontro com Nélcio Lucas e o advogado Pedro Henriques no restaurante Pans & Company na estação de serviço da Galp na A5, em Oeiras. De acordo com o relato de diligência externa da PJ, que monitorizou a reunião, na conversa "Aníbal Pinto afluorou características físicas e qualidades do seu cliente, afirmando-se tratar-se de um jovem (sexo masculino), com 20 e poucos anos, a residir no estrangeiro, com formação universitária (como expressões como 'brilhante' e 'escreve muito bem') que o conheceu no âmbito de uma defesa noutra processo-crime no Porto. Este processo estaria relacionado com o acesso a contas num banco das Ilhas Caimão e que teria conseguido realizar transferências ilícitas de elevado valor".

Nas semanas seguintes, Rui e Aníbal Pinto "tomaram conheci-



Sábado

27-06-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 6509 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/36 a 45

mento de que a identidade do ora recorrente, que este julgava inatingível por via informática, fora encontrada pela PJ (...) e que o esquema de extorsão que haviam montado estava já largamente documentado e descoberto". Desde logo porque nos dias seguintes inspetores da PJ deslocaram-se à casa do pai e da irmã do hacker, contactando vizinhos para tentar apurar o seu paradeiro. "Não é compatível com a prova nos autos a explicação que RP desistiu porque foi aconselhado pelo advogado. Pelo contrário: a prova indicia que executou atos de extorsão e desistiu depois de perceber que as autoridades estavam no seu encalço, identificando-o", conclui Calheiros Gama.

Em relação aos perigos (de fuga, continuação da atividade criminosa e perturbação do inquérito) que sustentaram a decisão de colocar Rui Pinto em prisão preventiva, o juiz

No acórdão, o juiz comparou o pirata a um assaltante que entrasse num escritório e levasse documentos

desembargador também considerou que todos eles se verificam. Sobre o risco de fuga, Calheiros Gama questionou: "Se a sua intenção fosse colaborar com as autoridades para a descoberta dos alegados crimes futebolísticos que identificou, por que motivo não veio, voluntariamente, a território nacional oferecer a sua co-

laboração e esclarecer que não cometera qualquer crime, antes ajudando à revelação de outros crimes?" E acrescentou, revelando um dado desconhecido: "Se não procurava esconder-se (...) por que motivo deixou caducar os seus documentos de identificação?" De acordo com a informação da PJ, o Cartão de Cidadão de Rui Pinto expirou em 2017. O pirata não tinha, por isso, residência legal na Hungria nem as autoridades húngaras dispunham de "qualquer registo" da sua permanência no país.

O pirata acabou apenas por ser localizado em Budapeste graças à vigilância ao telemóvel do pai e da madrastra. Foi no aparelho da mulher que a PJ confirmou que a visita do casal à Hungria tinha por objetivo visitar Rui Pinto — que, disse o próprio à *Der Spiegel*, instalou uma aplicação que enganava o localizador GPS do seu telemóvel, atribuindo-lhe coordenadas perto do Polo Norte.

O juiz considerou também que existe o perigo de continuação da atividade criminosa caso Rui Pinto seja libertado: não se lhe conhece qualquer profissão e há o risco de que continue a aceder a informação confidencial e a exigir dinheiro pela sua não divulgação. "Não pode a sua prática ser qualificada como movida por objetivos altruístas e destinados unicamente ao bem público", lê-se no acórdão. Para o juiz, o pirata pode ser comparado a um assaltante: "Tal atuação, com utilização de meios informáticos, não pode deixar de se considerar comparável à entrada física não autorizada num escritório ou residência e à recolha de documentos privados nesses espaços, situação em que nunca haveria qualquer dúvida quanto à sua ilicitude."

Sobre a perturbação do inquérito, o magistrado recordou que se Rui Pinto teve capacidade para obter dados do processo no passado, poderá voltar a fazê-lo se estiver em liberdade. Para além disso, poderá também destruir eventuais ficheiros que estejam alojados em servidores virtuais ou mesmo interferir no inquérito para destruir provas sem deixar rasto. Tal como entrou clandestinamente nos emails de Maria José Morgado e Amadeu Guerra, entre outros. ■

Natal

A Judiciária chegou a montar vigilância à casa do pai de Rui Pinto, na praia de Lavadores, na véspera de Natal

Remorsos

Acórdão diz que Rui Pinto demonstra uma total falta de arrependimento dos factos que lhe são imputados

A RELAÇÃO CONSIDEROU QUE, EM LIBERDADE, O HACKER CONSEGUIRIA ENTRAR NO PROCESSO

